



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 – CEP: 87160-000.

PABX/FAX (44)3245-1122 - CNPJ 76.285.329/0001-08

E-mail: pmmanda@iw-net.com.br

DECRETO Nº 7702/2021

Dispõe sobre o retorno das aulas presenciais da Rede Pública de Ensino do Município de Mandaguçu e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, MAURÍCIO APARECIDO DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e, considerando que o artigo 196 da Constituição Federal impõe ao Estado, através de seus governantes, de acordo com as respectivas atribuições e competências, tomar medidas para redução de risco de doença e de outros agravos, para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (Covid-19), e,

CONSIDERANDO a Resolução SESA nº 0098/2021 da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, que regulamenta o Decreto Estadual nº 6637/2021 sobre medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas Instituições de Ensino Públicas e Privadas do Estado do Paraná para o retorno das atividades curriculares e extracurriculares;

CONSIDERANDO que, o Estado do Paraná autorizou a retomada das aulas presenciais nas escolas públicas do Estado a partir de 24 de maio de 2021;

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizada a retomada das aulas presenciais nas escolas da Rede Pública do Município de Mandaguçu-Pr, compreendendo as instituições de ensino da rede municipal e estadual a partir de 07 de junho de 2021, de forma escalonada, conforme a organização do Departamento Municipal de Educação, bem como em consonância com os Atos Normativos expedidos pela Secretaria de Estado da Educação, após reavaliação do cenário epidemiológico pela Secretaria Municipal de saúde, apontando as condições de segurança necessárias para o retorno das aulas presenciais.

§ 1º- A oferta das aulas para este retorno acontecerá de forma presencial na modalidade híbrida;

§ 2º- O ensino presencial será desenvolvido em sala de aula, com a mediação direta do professor, assim como paralelamente de forma remota, também sob a responsabilidade do professor da turma;

§ 3º- O ensino na modalidade Híbrida, em relação ao número de alunos por sala, deverá ocorrer dentro das normas de segurança sanitárias, definidas nos protocolos das escolas, respeitando-se o distanciamento mínimo de 1,5 metros na organização da sala de aula; nos casos em que houver excesso de estudantes em sala de aula;

§ 4º- Os estabelecimentos de ensino deverão disponibilizar meios de ensino à distância aos alunos que os pais e/ou responsáveis optarem pela manutenção de isolamento social e/ou por estarem em Grupo de Risco, ficando assegurado o direito ao aluno, de acesso ao conhecimento com orientações pedagógicas remotas, assim como a participação nas avaliações,



Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 – CEP: 87160-000.

PABX/FAX (44)3245-1122 - CNPJ 76.285.329/0001-08

E-mail: pmmanda@iw-net.com.br

recuperação de estudos, registros de frequência e notas, de acordo com o Regimento Escolar; seu direito escolar, inclusive em avaliações, computação de frequência, entre outros;

Art.º2º- As instituições de ensino, quando do retorno das aulas presenciais, deverão obedecer, rigorosamente os protocolos de segurança, conforme Resoluções SESA nº 632/2020, nº098/2021 e o Protocolo de Biosegurança-Covid-19, elaborado pelas unidades escolares para o retorno das atividades em 2021.

Art.3º- A partir da liberação das aulas presenciais, no caso da rede municipal, o Departamento Municipal de Educação deverá regulamentar, através das ações das instituições de ensino da Rede Municipal, os encaminhamentos didático/pedagógicos e administrativos necessários ao atendimento dos alunos de forma a evitar aglomerações, sem qualquer prejuízo à sua aprendizagem, sendo que as escolas da rede do Estado, observarão as orientações do Núcleo Regional de Educação de Maringá.

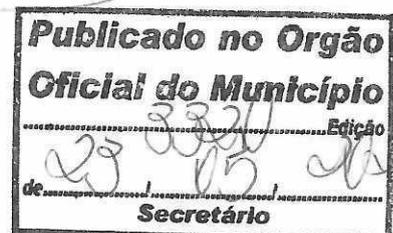
Art.4º- Para que o aluno possa frequentar as aulas no modelo Híbrido (Semipresencial), os pais e/ou responsáveis deverão assinar um Termo de Ciência e Responsabilidade, o qual deverá estar disponível na secretaria da Instituição de ensino a que pertence o aluno.

Art.5- Fica autorizado o Departamento Municipal de Educação a convocar servidores de outros Departamentos Municipais, bem como, o Comitê de Volta às Aulas, já organizado no ano de 2020, com a representação dos segmentos da sociedade civil, visando o atendimento de possíveis diligências necessárias à efetivação das medidas do presente Decreto, medidas essas que poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município.

Art.6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando exposto em contrário.

Mandaguá, 19 de maio de 2021.


Maurício Aparecido da Silva
Prefeito Municipal



P. B.